

M-32

P-1

D. N. C. F.

Contribuição do Golep para
o Encontro sobre Ocupação do Território.

1967

CONTRIBUIÇÃO DO INEP PARA O ENCONTRO SOBRE
OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Propondo-se o Encontro Sobre Ocupação do Território estabelecer fórmulas práticas de ação para os problemas nacionais, a presente contribuição restringe-se ao âmbito de competência do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Aqui se enumeram as principais iniciativas do órgão e os projetos de trabalho para os próximos anos, visando especialmente, em educação, o ensino primário. A incorporação de áreas ainda não integradas no sistema econômico-social da Nação depende, substancialmente, da escola. No seu sentido mais amplo, abrangendo não só a recuperação dos adultos analfabetos, como oferecendo elementos indispensáveis a um completo atendimento da população em idade escolar.

O Documento Básico sobre o Encontro dedica o seu capítulo VI a "Capacitação de Pessoal". São considerações para o nível de ensino mais desenvolvido, quando se refere aos níveis superior e médio. Alude às deficiências de capacitação no setor primário e adiante traça um programa de educação de base.

Considerando o objetivo de estabelecer fórmulas práticas de ação para os problemas, este documento apresenta os planos de trabalho do INEP para os próximos anos e, historiando algo do que foi feito, pretende sugerir soluções práticas no âmbito da escola elementar.

Cumprе assinalar que uma das funções específicas do INEP é levar a assistência técnica aos sistemas estaduais de educação, não só dos Estados como dos Territórios. Dêsse modo procura-se aumentar o conteúdo pedagógico das medidas administrativas e técnicas a serem adotadas em tôdas as Regiões do País.

Amplitude do Órgão

Pela Lei nº 378, de 13/1/1937, foi criado no Ministério da Educação e Saúde Pública o Instituto Nacional de Pedagogia, destinado a realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos.

O Decreto-Lei nº 580, de 30/7/1938, muda a denominação daquele órgão para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, dispondo sobre sua organização e atribuindo-lhe os seguintes objetivos:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas".

Tendo em vista a necessidade de dotar o INEP de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, para melhor cumprimento de seus objetivos fundamentais de estudo e aperfeiçoamento do magistério brasileiro primário e normal, foram instituídos pelo Decreto nº 38 460, de 28/12/1955, o Centro Brasileiro e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, com os seguintes objetivos:

I - pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;

II - elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país - em cada região - nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;

III - elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;

IV - treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas em educação e professores de escolas normais e primárias.

As atividades do INEP desenvolvem-se através dos órgãos sediados no 10º pavimento do Edifício-sede do MEC no Rio de Janeiro e dos seguintes Centros de Pesquisas:

- Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Rio de Janeiro - Guanabara
- Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" - São Paulo - São Paulo
- Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. João Pinheiro"
Belo Horizonte - Minas Gerais
- Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife
Recife - Pernambuco
- Centro Regional de Pesquisas Educacionais do R.G. Sul
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
- Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia
Salvador - Bahia

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais contam com as seguintes Divisões: de Estudos e Pesquisas Educacionais, de Estudos e Pesquisas Sociais, de Documentação e Informação Pedagógica e de Aperfeiçoamento do Magistério.

Pertence ainda ao INEP uma rede de serviços de recursos audiovisuais, dos quais dois ligados a ele diretamente - Espírito Santo e Paraná, e os demais anexos aos Centros de Pesquisas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Guanabara e Recife.

Acham-se ainda sob a administração e orientação do INEP os seguintes Centros de Treinamento do Magistério: Espírito Santo (Colatina), Goiás, (Inhumas), Mato Grosso (Cuiabá), Paraíba (Sapé, Souza e Alagoa Grande).

Para atingir seus objetivos, além dos Centros de Pesquisas Educacionais, dos Centros de Treinamento do Magistério, já citados, o INEP orienta e custeia os seguintes cursos isolados:

- 1 - Rio Grande do Norte - Natal - Curso de Formação de Professor Supervisor;
- 2 - Ceará - Fortaleza - Curso de Artes Industriais;

- 3 - Espírito Santo - Vitória - Curso de Aperfeiçoamento de Diretores de Escola Primária e Professores de Escola de Aplicação
- 4 - Guanabara - Curso de Artes Industriais, em convênio com o SENAI; Curso de Aperfeiçoamento de Professores para Crianças Excepcionais; em convênio com a APAE;
- 5 - Paraná - Curitiba - Curso de Aperfeiçoamento para Inspectores de Ensino Primário;
- 6 - Rio Grande do Sul - Santo Ângelo - Curso de Treinamento para Professores Municipais (leigos); Pelotas - Curso de Formação de Professor Supervisor.

Aperfeiçoamento do Magistério

Através dos Centros de Pesquisas e dos Centros de Treinamento, vem o INEP realizando cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização de professores de escolas primárias e normais e cursos destinados ao preparo de pessoal administrativo e técnico para as Secretarias de Educação.

O programa de aperfeiçoamento promovido pelo INEP, no período 1964/1967, compreendeu os seguintes cursos:

1 9 6 4	
CURSOS	Nº DE BOLSAS
1. Curso de Formação de Professores-Supervisores (São Paulo, Espírito Santo, Inhumas (Goiás), Guanabara, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Ceará, Minas Gerais)	535
2. Especialistas no ensino de Aritmética na Escola Primária	34
" " " " Língua Pátria	38
" " " " Ciências	28
" " " " Estudos Sociais	36
" em Educação Pré-Primária	18
" " Currículo e Supervisão	45
3.-Especialistas em Recursos Audiovisuais	56
4. Especialistas em Educação Primária	17
5. Pesquisadores Educacionais	37
6. Planejamento Educacional	19
7. Professores de Artes Industriais	107
8. Formação do Magistério	48
9. Educação de Excepcionais	9
T o t a l	1 027

1 9 6 5	
C U R S O S	Nº DE BOLSAS
1. Equipes Técnicas para as Delegacias de Ensino	88
2. Professor Supervisor	534
3. Orientadores de Ensino, Professôres de Escolas Normais e Centros de Treinamento do Magistério	142
4. Especialização em Educação	19
5. Língua e Literatura para professor de Escola Normal ..	2
6. Professôres para Crianças Excepcionais	18
7. Pesquisadores Educacionais	26
8. Especialistas em Recursos Audiovisuais	37
9. Artes Industriais	159
10. Planejadores Educacionais	15
11. Diretores de Escola Primária	30
12. Professôres para o Magistério de Emergência	418
13. Professôres normalistas de 1º ciclo	<u>34</u>
T o t a l	1 520

1 9 6 6	
C U R S O S	Nº DE BOLSAS
1. Especialistas em Educação para a América Latina	33
2. Artes Industriais	173
3. Professôres de Excepcionais	18
4. Professor Supervisor	321
5. Administradores Escolares	64
6. Diretores de Escola Primária	123
7. Inspectores e Inspectores Auxiliares do Ensino Primário.	32
8. Especialização para professôres de Escola de Aplicação	35
9. Especialistas em Recursos Audiovisuais	18
10. Formação de Pessoal Técnico para as Secretarias de Educação	23
11. Formação e Aperfeiçoamento de Professôres de Escolas Normais, Orientadores de Ensino, Professôres de Centros de Treinamento de Magistério Primário	146
12. Observação na Escola Experimental do INEP (estágios variados)	2
13. Treinamento do Magistério de Emergência	<u>784</u>
T o t a l	1 772

Tiveram início em 1967 os seguintes cursos:

1 9 6 7	
CURSOS	Nº DE BOLSAS
1. Formação de Professor-Supervisor	348
2. Reciclagem de Professôres-Supervisores	41
3. Aperfeiçoamento para Professôres e Diretores de Escolas Normais e Centros de Treinamento	146
4. Diretores de Escolas Primárias	18
5. Artes Industriais	171
6. Professôres Primários de Emergência	296
7. Prática de Ensino	46
8. Professôres de Escolas de Aplicação	31
9. Atividades artísticas e recreativas na educação	12
10. Estágios em classes de 1ª série	4
11. Comunicação cinematográfica	<u>30</u>
T o t a l	1 143

Escolas de Demonstração

Para servir de campo de estudo e observação, bem como para atender às finalidades que lhe são atribuídas em assistência técnica à educação primária e normal, vêm sendo mantidas junto aos Centros Regionais escolas de demonstração da educação renovada, nas quais normalistas e professôres têm oportunidade de observar a utilização de métodos e recursos do ensino verificados mais satisfatórios, propiciando um clima de estudo, contrôle e registro dos resultados obtidos, em função dos meios empregados. Essas escolas servem também como laboratório para pesquisas sôbre o escolar, programas de ensino, preparo do professor e outros problemas correlatos.

Dentro desta orientação, encontram-se em funcionamento:

- a) a Escola Experimental, junto ao CRPE do Recife, com 6 classes primárias;
- b) A Escola de Demonstração do CRPE de São Paulo, com 6 classes primárias;
- c) A Escola de Demonstração do CRPE de Minas Gerais, com 5 classes primárias;

- d) a Escola Guatemala, primeiro centro experimental que, desde 1955, em convênio com a Secretaria de Educação do antigo Distrito Federal, vem realizando uma experiência de vanguarda do movimento renovador do ensino primário brasileiro;
- e) o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, mantido em convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, sendo composto de 1 Escola-Parque e 4 escolas-classe, com 12 salas de aula cada uma. Funciona esse conjunto em dois turnos de 4 horas, com mais de 3 000 alunos, divididos em grupos, para as atividades sociais e artísticas, atividades de trabalho e de educação física.

Colóquios Estaduais sobre Organização dos Sistemas de Ensino

Promove o INEP, com a colaboração de um grupo de peritos da UNESCO, a realização dos Colóquios Estaduais sobre Organização de Sistemas de Ensino, destinados a contribuir para a formação e aperfeiçoamento de pessoal para as altas funções consultivas, técnicas e executivas, tanto no âmbito do Ministério, como no das Secretarias Estaduais de Educação, nesta fase de implantação ou de reorganização dos sistemas de ensino, dentro dos princípios e dos critérios de planejamento ditados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Os temas desses Colóquios abrangem:

- 1 - Análise da situação sócio-econômica e cultural das várias regiões do país;
- 2 - Educação e Desenvolvimento;
- 3 - A Lei de Diretrizes e Bases e os grandes princípios que a informam. O Plano Nacional de Educação. Recursos nacionais, públicos e particulares, destinados à educação. Cooperação Internacional;
- 4 - Análise da situação do ensino primário, médio e superior nas várias Unidades da Federação. Resultados do Censo Escolar de 1964. Deficiências, desvios e erros dos serviços de ensino existentes em relação aos objetivos da Política Nacional de Educação;
- 5 - Pesquisa e experimentação em educação. Organização de currículo de ensino primário e médio. Princípios e técnicas de verificação da aprendizagem. Programa de ensino. Manuais e Material de Ensino, Supervisão Pedagógica. Orientação Educacional;
- 6 - Princípios e técnicas de planejamento de educação. Planos a longo, médio e curto prazo. Planejamento intensivo da educação. Estatís-

- ticas demográficas e escolares. Análises de custo. Financiamento do Ensino, Orçamento da Educação, Elaboração de Programas de trabalho. Organização e administração dos sistemas de ensino;
- 7 - Planos estaduais de educação e sua articulação com o Plano Nacional. Assistência Técnica e cooperação pecuniária da União. Ação Supletiva do Sistema Federal de Ensino;
 - 8 - Déficit de pessoal docente e técnico. Programas de formação, aperfeiçoamento e treinamento de pessoal;
 - 9 - Déficit de prédios e equipamentos escolares. Planos de construção, ampliação, recuperação e conservação de prédios e equipamentos; sua elaboração, financiamento e execução.

Dedicou-se o CBOSE, em março do corrente ano, à preparação e realização do Colóquio no Estado da Paraíba; em abril em Sergipe; em maio no Paraná; em julho em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; em agosto em Pernambuco, devendo sucessivamente atingir os demais Estados e os Territórios.

Equipe de Assistência Técnica do Ensino Primário

Desenvolvem-se as atividades do Grupo misto brasileiro-americano constituído em virtude de convênio firmado entre o Governo Brasileiro e a Agência da USAID, para prestar assistência às autoridades estaduais na solução dos graves problemas do ensino primário e na elaboração e execução de planos de reformas administrativas das Secretarias de Educação, no que diga respeito ao ensino de grau elementar.

Estão estabelecidos contatos com as Secretarias de Educação dos Estados membros da Federação, devendo o Grupo dar, em franco entendimento com as autoridades locais, especial atenção aos aspectos da administração escolar, currículo, treinamento e aperfeiçoamento de professores e supervisão, aspectos esses que se consideram mais diretamente relacionados com a deserção escolar e a repetência.

O Grupo vem ainda estudando as diferentes formas de atuação de que se revestirá o seu trabalho, inclusive na elaboração de folhetos, boletins, guias etc. e na criação de modelos de material didático e escolar capaz de assegurar às atividades escolares mais altos índices de rendimento.

Construções do INEP no período de 1967 a 1971

O programa de Construções do INEP, visa ampliar a rede de Centros de Treinamento do Magistério Primário, com a finalidade de reduzir o número de professores leigos e aperfeiçoamento do professorado formado.

Para atendimento deste objetivo, foi prevista a construção de dois Centros por Estado com algumas exceções para atender a casos especiais, onde por exemplo o professorado seja em número relativamente pequeno, o que requererá apenas a instalação de um Centro, como o Estado do Amazonas que também atenderá ao Estado do Acre e Território de Roraima; o Estado do Pará que atenderá ao Território do Amapá ou mesmo por que já dispõem de centros instalados em funcionamento como Goiás e Paraíba. O Estado de Mato Grosso com seus dois Centros, atenderá ao Território de Rondônia.

Básicamente assim apresentamos o plano:

- a - Prosseguimento da Construção do Centro de Treinamento do Magistério de Belo Horizonte;
- b - Início da construção do CTM de Curitiba, já parcialmente projetado e em fase de concorrência para construção.
- c - Início da construção a partir de 1967 até 1971 de Centros de Treinamento do Magistério com projeto padrão.

Sendo notórias as dificuldades encontradas pelas diversas Secretarias de Educação na elaboração de programas e projetos a solução seria a construção do Centro Padrão como mais uma contribuição do INEP, além do financiamento da Construção.

Os Centros Padrão serão constituídos de:

- 2 Pavilhões de residência (Internato)
- 1 Pavilhão para aulas de bolsistas
- 1 Pavilhão para Escola de Demonstração
- 1 Pavilhão para Artes Industriais e Atividades Sociais
- 1 Pavilhão para Administração, Biblioteca e Auditório

Dependendo da inexistência de Escola Classe no local em que será construído o Centro de Treinamento, será prevista a construção do sétimo Pavilhão destinado a suprir a deficiência.

A construção dos CTM foi programada para ser executada em 3 etapas a serem iniciadas em três anos consecutivos.

A primeira etapa representada pela construção de um pavilhão de residência ou alojamento e o pavilhão de aulas de bolsistas, que também incorpora o refeitório, cozinha e lavanderia. Verifica-se assim que a conclusão desta etapa permite vida própria ao CTM, resolvendo o problema importante de alojamento e salas de aula próprias.

Na segunda etapa a iniciar-se no segundo ano de construção, será construído o segundo pavilhão de residências, quando a capacidade total de bolsistas internos será atingida, e será também construído o pavilhão da Escola de Demonstração, ampliando a capacidade de programação de cursos.

Segue-se a terceira etapa, com a construção dos Pavilhões de Artes Industriais e o Pavilhão de Administração, que incorpora também a Biblioteca e o Auditório.

Praticamente construído o CTM padrão, mais um pavilhão poderá ser incorporado se assim se fizer necessário, que será a Escola Classe, como aliás já havíamos dito.

No presente plano foi prevista a construção de 28 CTM além da reforma e ampliação de outros 7 já existentes.

Dêstes totais 24 correspondem à construção de Centros Novos que serão instalados; 4 correspondem a construção de sede para Centros já existentes em funcionamento, são os casos de Minas Gerais (Belo Horizonte), Paraná (Curitiba), Bahia (Salvador), Mato Grosso (Cuiabá) e Guanábara.

As obras programadas para o exercício de 1967 serão executadas de acordo com o "Plano de Saldos de 1967"; as demais serão baseadas em novas dotações.

De um modo geral assim apresentamos o resumo do plano:

	1967	1968	1969	1970	1971
Início de construção nova	8	5	14	1	-
Início de ampliação ou reforma	4	2	1	-	-
Prosseguimento de obra	0	10	13	20	15
Obras em andamento no ano	12	17	28	21	15
Conclusões previstas de obras novas ou ampliações	2	4	8	6	13

* *

*

Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares

Na II Conferência Nacional de Educação, reunida em Pôrto Alegre de 26 a 30 de abril de 1966, o representante do Centro Regional de Construcciones Escolares para América Latina (CONESCAL), órgão sediado no México, propôs a criação, no Brasil, de um grupo de trabalho dedicado exclusivamente ao estudo dos problemas de construção de escolas. Dando cumprimento a essa proposta, que teve a melhor acolhida nos meios educacionais do País, o Governo Brasileiro houve por bem criar o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares (GNDCE), por Decreto nº 60 155, de 27 de janeiro de 1967, alterado pelo Decreto nº 61 050, de 21 de julho de 1967.

O Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares é um órgão de composição inter-ministerial, nêlo havendo sete membros titulares: além do Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que é membro nato do Grupo e seu Coordenador, há representantes designadas pelo Ministério da Educação e Cultura (dois), pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, dois pelo Ministério do Interior (um dos quais pelo Banco Nacional de Habitação) e pelo Ministério da Fazenda.

O GNDCE tem por finalidade realizar estudos e pesquisas sôbre construções escolares, prestar assistência técnica aos Estados e Municípios em matéria de levantamento de prédios e equipamentos, organização de cadastros de prédios escolares, elaboração de mapas de localização de terrenos para construções escolares, estabelecimento de escalas de prioridade, organização de programas de obras e previsão de investimentos, elaboração de programas-padrão de prédios escolares, determinação de normas pedagógicas e técnicas para edifícios escolares, apreciação de construções escolares segundo projetos arquitetônicos feitos de acôrdo com programas-padrão, definição de critérios de modulação das estruturas e dos elementos constitutivos da construção, indicação do equipamento para os diferentes tipos de ambientes escolares, preparação de programas de conservação, aperfeiçoamento e treinamento de pessoal técnico.

A assistência aos poderes públicos estaduais e municipais e a entidades privadas, no tocante à atribuição de recursos financeiros, o assessoramento aos organismos federais, a elaboração de projetos de acôrdo bilateral com os Estados e o Distrito Federal, a promoção de seminários e cursos de aperfeiçoamento e o intercâmbio com instituições congêneras estrangeiras e internacionais são outras das incumbências atribuídas ao Grupo.

Funcionando desde junho próximo passado, o GNDCE está empenha do em estudar as possibilidades do mercado nacional de construção civil e as diferentes técnicas de construção em uso, a fim de acelerar e tornar mais econômica a construção, em todo o território nacional, de escolas suficientes para cobrir o atual deficit de salas de aula, que só no ensino primário atinge a cifra de 140 mil salas. Nesse sentido, o Grupo já entrou em contato com representantes da indústria madeireira de Santa Catarina, com setores da construção civil de São Paulo e com órgãos estaduais dedicados a tarefas de edificação de prédios escolares.

Um sub-grupo cuida especificamente das técnicas de construção mais eficientes quanto ao preço e tempo de fabricação; outro, vem estudando os problemas administrativos existentes, de modo a conferir maior rentabilidade aos esforços oficiais no setor.

Em breve deverá o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares firmar convênio com o CONESCAL, de modo a estabelecer um intercâmbio mutuamente proveitoso para toda a área latino-americana e permitir, dessa forma, o alcance dos objetivos de nossa política educacional no tocante a prédios e aparelhamentos escolares.

* *

*